

redescoberta da mística e os caso de Ortega y Gasset e da teologia de K. Rahner. Os restantes capítulos ensaiam outros tantos itinerários mistagógicos: via da beleza, via da contemplação da natureza, via da poesia (como «sarça ardente»), via da valentia, via do tempo livre bem discernido, via do testemunho ou da condição simbólica da testemunha.

Vinte páginas finais apresentam uma razoavelmente extensa bibliografia relacionada com a temática versada no livro.

LUÍS SALGADO

**GARCÍA AÍZ, Jesús Ginés, El conflicto eclesiológico tridentino. *Ius divinum* vs. *ordinatio divina*. La dialéctica entre un concepto teológico y una definición dogmática, de los grados del ministerio eclesiástico, que oscila entre una determinada precisión y una prudente ambigüedad,** «Biblioteca Teológica Granadina», Facultad de Teología, Granada, 2012, 438 p., 240 x 170, ISBN 978-84-85653-64-5.

O presente estudo constituiu dissertação de doutoramento do autor. Teve como princípio inspirador o cap. III da constituição *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II, sobre a constituição hierárquica da Igreja. O autor teve em mira estudar o processo que levou, historicamente, à produção deste texto. Deteve-se particularmente no Concílio de Trento, especialmente na sessão XXIII sobre o sacramento da ordem, onde aparece a fórmula *ordinatio divina* aplicada aos graus da hierarquia eclesiástica.

O seu trabalho desenvolve-se em modo de um estudo comparativo das determinações de Trento e do Vaticano II, procurando fazer a história das graus hierárquicos, tendo presente, antes de

mais, o contexto do século XVI com a reforma protestante, sobretudo centrada em Lutero e Melanchthon. Tem em mira, muito particularmente, elaborar uma aproximação histórico-teológica à fórmula do cânone sexto sobre o sacramento da ordem *hierarchiam divina ordinatione institutam* do concílio de Trento. Este Concílio não fala em termos de *ius divinum* mas de *ordinatio divina*, que o autor entende como «disposição» ou «providência» divina. Será a *ordinatio divina* equivalente a *ius divinum*? ou poderá debater-se a gradação eclesiástica como algo a poder recair sob a categoria de *ius humanum*? Este ponto dos trabalhos tridentinos foi campo de grande críspação, ficando-se os padres de Trento pela fórmula *ordinatio divina*, com a sua inerente carga de ambigüidade. O estudo hermenêutico – ou melhor: histórico-teológico-hermenêutico – de quanto anda à volta dessa fórmula tornou-se assim o intento fundamental do estudo de Garcia Aíz.

Três grandes partes estruturam então o estudo por ele levado a cabo. Na primeira, estuda a gênese, o desenvolvimento e o fundamento eclesiológico do ministério eclesiástico. Na segunda, procede a uma radiografia historiográfica e histórico-teológica em torno à eclesiologia do ministério no Concílio de Trento. A terceira parte é dedicada, precisamente, à ambivalência dos dois conceitos aplicados ao ministério eclesiástico. Acrescem dois apêndices: o primeiro, a propósito da posição de Hans Küng sobre a distinção dogmática entre episcopado e presbiterado; o segundo, procurando uma aproximação compreensiva da apostolicidade da Igreja no ministério eclesiástico. Com uma extensa bibliografia (pp. 387-417) e um índice onomástico.

JORGE COUTINHO